

**EDcl no HABEAS CORPUS Nº 550.635 - SP (2019/0366603-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**EMBARGANTE : EVERSON RICARDO BARBATI (PRESO)**  
**ADVOGADO : MARCELO LUIZ BORRASCA FELISBERTO - SP250160**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **DECISÃO**

**EVERSON RICARDO BARBATI** opõe embargos de declaração da decisão de fls. 204-208, em que conheci parcialmente do habeas corpus para, nessa extensão, denegar a ordem.

Nos aclaratórios, a defesa aponta omissão no *decisum*, ao argumento de que a alegação de excesso de prazo não foi analisada, a despeito de a parte haver peticionado às fls. 188-202 com cópia de acórdão de embargos de declaração posterior à impetração em análise.

### **Decido.**

Inicialmente, esclareço que a impugnação de acórdão superveniente a habeas corpus já impetrado perante esta Corte Superior demandaria, como regra, o aviamento de novo *mandamus*, por se tratar de ato coator distinto. Todavia, excepcionalmente, em atenção aos princípios da celeridade e da economia processual, seria possível analisar o pleito.

Na hipótese, **não conheci do habeas corpus impetrado em 5/12/2019 no tocante à tese de excesso de prazo da prisão preventiva**, uma vez que o Tribunal estadual não havia se pronunciado sobre o tema.

Na petição de fls. 188-189, a defesa aduz que "o órgão apontado como coator foi provocado a se manifestar acerca do excesso de prazo e rejeitou os declaratórios, mantendo a prisão, não há supressão de instância na análise da questão por essa Corte Superior" (fl. 188). Juntou às fls. 193-202 **acórdão dos embargos de declaração prolatado pelo Juízo de segundo grau em 4/3/2020**. Nessa oportunidade, o órgão colegiado consignou (fls. 195-201):

A leitura do v. acórdão demonstra não padecer ele do vício apontado nos embargos sob exame.

Com efeito, verifica-se que a Colenda Décima Primeira

Câmara Criminal, após explicitar a necessidade de se proceder à anulação do feito, apenas em relação aos corréus Everson Ricardo Barbat, Valéria de Jesus Dias, Romilda Maria de Jesus Silva e Grazielle das Neves, a fim de que o Doutor Rodrigo Pares Andreucci, MM. Juiz Titular da 3ª Vara Criminal do Foro de Piracicaba, venha a proferir a sentença, anotou, com clareza solar, que, em relação ao ora embargante, ainda se encontram presentes os fundamentos ensejadores da custódia cautelar, sobretudo em função da particular e exacerbada gravidade dos delitos em tela (comércio ilícito de entorpecentes mais especificamente, “cocaína” e associação para o tráfico).

E, a esta altura, afigura-se importante observar que, consoante pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, ao deslindar o feito, o Magistrado não precisa fazer menção expressa a todos os argumentos veiculados pelas partes até porque o Poder Judiciário não constitui órgão de consulta, bastando que, de forma fundamentada, afaste, logicamente, aqueles que entender incabíveis.

[...]

Na realidade, ao questionar os fundamentos eleitos pelo acórdão combatido, o embargante pretende a alteração do mérito da decisão proferida, conferindo aos embargos de declaração verdadeiro caráter de infringência, ultrapassando, assim, os limites impostos no artigo 620 do Código de Processo Penal. Cingem-se os embargos, *ex vi legis*, a explicitar, elucidar e/ou tornar mais claros o alcance e os fundamentos do *decisum*.

[...]

Por tudo isso e diante do manifesto caráter de infringência assumido por estes embargos de declaração, devem ser eles rejeitados, porque a matéria já foi exaustivamente debatida e decidida no v. acórdão embargado.

Ante o exposto, rejeito os presentes embargos.

Deste modo, como o Tribunal de Justiça **não examinou o aduzido excesso de prazo da prisão preventiva**, continua caracterizada a **indevida supressão de instância**, a impedir o conhecimento integral deste *writ*.

À vista do exposto, **rejeito os embargos de declaração**.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**